



Boletim Semanal

Filiado à CUT/FENAJUFE

# Sindjus

Sindicato dos Trabalhadores do Poder Judiciário e do Ministério Público da União no DF

quinta - feira • 01 de junho de 2006 • Ano VI

## RELATOR DÁ SEU APOIO AO PROJETO DE PCS DO MPU

**D**urante audiência, na tarde desta quarta-feira (31/05), com o coordenador-geral do Sindjus, Roberto Policarpo e representantes de entidades sindicais dos servidores do Ministério Público, o relator do PL 6469/05 – referente ao PCS do MPU - deputado Luiz Carlos Haully (PSDB/PR) manifestou total apoio ao projeto e afirmou que pretende colocar o PCS em pauta imediatamente após o término do prazo para a apresentação de emendas.

Haully recebeu, além do Sindjus, representantes da Asmpf e Sinasempu que lhe pediram pressa na tramitação da matéria, devido à sua importância para a categoria. A reunião foi resultado do trabalho que vem sendo realizado pelas entidades, no sentido de buscar negociar com os parlamentares a aprovação do projeto o mais rapidamente possível.

Os servidores ampliam, a partir desta semana, a mobilização pela aprovação do seu PCS, como forma de garantir a aprovação do projeto em, no máximo, duas parcelas. O PL se encontra na Comissão de Finanças e Tributação da Câmara (CFT) e aguarda o término do prazo estabelecido para apresentação de emendas, iniciado no último dia 26 – que é de cinco sessões da Casa.

A categoria precisa se concentrar, daqui por diante, no acompanhamento às sessões da comissão e no fortalecimento de atos públicos e convocações a serem programados pelo Sindjus, ampliando assim a pressão pelo seu PCS. A CFT avalia o projeto quanto ao seu impacto orçamentário e, por conta disso, o momento é estratégico.

O Sindjus lembra, ainda, que os servidores devem ficar atentos às convocações a serem feitas, tanto para comparecimento ao Congresso como também marcando presença nos demais eventos e assembléias a serem programados pelo sindicato.

Vamos todos, então, reforçar o movimento pelo PCS, acompanhando de perto as sessões da CFT e trabalhando junto aos deputados que integram a comissão, no convencimento sobre a importância do projeto vir a ser aprovado rapidamente.

## SERVIDORES do MPU na LUTA

## PELA APROVAÇÃO do PL 6469/05

### SINDJUS-DF

## Deputado Luiz Carlos Haully é o relator do PL

**D**esde a última semana o Projeto de Lei que trata do PCS do MPU tem relator na Comissão de Finanças. Trata-se do deputado Luiz Carlos Haully (PSDB-PR), designado pelo presidente da comissão, Moreira Franco (PMDB-RJ) no dia 26.

Haully substituiu o deputado Renato Casagrande, que foi designado inicialmente para a relatoria dias antes. É que Casagrande foi retirado da CFT a pedido do seu partido, o

PSB, para ocupar outras comissões temáticas da Câmara.

Apesar da mudança de relator, o prazo para apresentação de emendas ao projeto, no entanto, permaneceu o mesmo. Foi iniciado na sexta-feira (26/05) e é de cinco sessões da Casa.

O PL 6469/05 foi encaminhado para a Comissão de Finanças no último dia 17, após ter sido aprovado pela Comissão de Trabalho.

# RETROSPECTIVA

## Veja aqui, a luta pela aprovação do PCS do MPU E os caminhos já percorridos pelos servidores:

- Início de 2004: COMISSÃO É INSTALADA
- 05 de maio/2004: ENTREGA DO PROJETO
- Dezembro/2004: ANTECIPAÇÃO DA ÚLTIMA PARCELA DO PCS DE 2002
- 29 de julho/2005: EM AUDIÊNCIA, O SINDJUS COBRA O FATO DE TER SE PASSADO MAIS DE UM ANO SEM QUE PROJETO FOSSE ENVIADO AO CONGRESSO
- 9 de agosto/ 2005: SERVIDORES REALIZAM ASSEMBLÉIA PELO ENVIO IMEDIATO DO ANTEPROJETO
- 15 de agosto/ 2005: SINDJUS PRESSIONA E MARCA AUDIÊNCIA COM O PGR
- 25 de agosto/2005: - MPF APRESENTA PROPOSTA PARA OS SERVIDORES
- 28 de agosto/2005: ASSEMBLÉIA ANALISA PROPOSTA DA ADMINISTRAÇÃO
- 29 de agosto/2005: PGR RECEBE MINUTA DE PONTOS A SEREM MUDADOS
- Final de setembro/2005: PGR CONTINUA PROTELANDO O ENVIO DO PCS AO CONGRESSO.
- 21 de novembro/2005: SESSÃO DO CNMP, SERVIDORES LOTAM A SESSÃO
- 16 de dezembro/2005: CNMP APROVA PROJETO
- 21 de dezembro/2005: PROJETO É ENVIADO AO CONGRESSO
- 16 de fevereiro/ 2006: SAI O RELATOR DO PROJETO NA CTASP
- 26 de abril/2005: REUNIÃO COM PARLAMENTARES  
Representantes do Sindjus, Sinasempu e ASMPF reúnem-se com o secretário geral do Ministério Público Federal, Carlos Frederico, o vice-presidente da CTASP, deputado Coronel Alves (PL-AP), os parlamentares Tarcísio Zimmermam (PT/RS), Daniel Almeida (PC do B - BA), Clair Martins (PT/PR) e Vanessa Grazziotin (PC do B-AM). Depois de muito debate fica evidente para os parlamentares que os servidores têm razão em suas reivindicações. Eles prometem trabalhar pela aprovação do PL com destaque para esta questão, a fim de evitar que as FCs sejam transformadas em cargos de comissão.
- Abril/ 2006: SESSÕES DA CTASP TÊM SERVIDORES DO MPU -
- 17 de maio/2006: APROVAÇÃO NA CTASP - O PL 6469/05 é aprovado pela CTASP. Na comissão, as entidades dos servidores chegam a ser informadas que estaria havendo forte pressão por parte da Casa Civil no sentido de adiar a apreciação da matéria. Como o coordenador-geral do Sindjus, Roberto Policarpo, tinha conhecimento do que havia sido tratado na reunião que discutiu os projetos dos servidores do TCU, do Judiciário e do MPU, ele telefona, então, para o relator e argumenta que o que está impedindo a aprovação do projeto por parte da Casa Civil se refere à questão orçamentária do PCS. Policarpo enfatiza que a avaliação orçamentária do plano compete à Comissão de Finanças e não à CTASP - responsável apenas pela apreciação do mérito do projeto. E pede o apoio do relator. Diante dos argumentos apresentados pelo Sindjus, o deputado Henrique Alves concorda em fazer as últimas negociações com representantes da PGR e das entidades sindicais, com o objetivo de apressar a entrega do seu relatório. A deputada Dra. Clair apresenta, então, requerimento para a inclusão do PL na pauta, que depende de 13 assinaturas de deputados da comissão para ser aceito pela mesa diretora. Após um trabalho articulado pelos diretores do Sindjus e demais entidades, o requerimento é aprovado e 15 deputados são mobilizados para se dirigir até a CTASP e garantir o quorum necessário à aprovação do projeto. Com a aprovação, o PL 6469/05 segue direto para a Comissão de Finanças e Tributação da Câmara (CFT).
- 26 de maio/2006: SAI O RELATOR DA CFT – O presidente da Comissão de Finanças, deputado Moreira Franco (PMDB-RJ), designa um novo relator para o projeto 6469/05: o deputado Luiz Carlos Hauly (PSDB-PR). Hauly substitui o deputado Renato Casagrande, nomeado para a relatoria poucos dias antes, que foi retirado da CFT a pedido do seu partido, o PSB, para ocupar outras comissões temáticas da Casa. No momento, o PL 6469/05 aguarda o encerramento do prazo para apresentação de emendas na CFT. O Sindjus inicia os contatos com o novo relator.